

BC reduz prazo de pagamento de créditos externos

Medida visa a facilitar renovação de empréstimos e suavizar saída de US\$ 5,5 bilhões até março

SORAYA DE ALENCAR
e MÔNICA IZAGUIRRE

BRASÍLIA — A crise nos mercados financeiros mundiais levou o Banco Central a reduzir ontem o prazo médio mínimo de pagamento de empréstimos tomados por empresas e bancos brasileiros no exterior. O prazo, que antes era de 36 meses, caiu para 12 meses no caso de operações novas e para seis meses no caso de renovação do crédito. A redução vale para operações que forem contratadas ou renovadas até o fim de março de 1998. A medida tirou as bolsas do processo de queda e fez com que as ações encerrassem o dia com valorização de 3,19% em São Paulo.

“A redução do prazo é temporária e só para enfrentar esse período”, afirmou o diretor de Assuntos Internacionais do BC, Demóstenes Madureira de Pinho Neto, referindo-se à elevação das taxas de juros internacionais provocada pela crise nos mercados a partir dos problemas dos países asiáticos. Ele explicou que, com os juros mais altos, as empresas e bancos que tomaram empréstimo estrangeiro estavam preferindo pagar efetivamente a dívida em vez de rolar o débito mediante renovação ou contratação de novo empréstimo.

O chefe do Departamento de Capitais Estrangeiros (Firce) do BC, Fernando Gomes, afirmou que isso estava provocando o aumento das remessas de dólares ao exterior, reduzindo as reservas cambiais. Segundo Gomes, estão vencendo, de agora até o fim de março, US\$ 5,5 bilhões de empréstimos externos. Com a medida anunciada ontem, o BC pretende facilitar a substituição desse montante pelo ingresso de novos créditos.

“Com o prazo de três anos, o pessoal estava pagando em vez de rolar para não assumir, por muito tempo, as altas taxas praticadas no momento”, afirmou o chefe do Firce. As taxas de juros dos empréstimos externos são, em geral, prefixadas, o que deixa as empresas receosas em contratar operações longas no momento em que as taxas estão altas. A medida do BC permite que as empresas rolem as suas dívidas, mas assumindo juros caros por menos tempo.

A redução dos prazos dos empréstimos será válida, em princípio, apenas por seis meses, porque o BC acredita que até o fim desse período a situação do mercado in-

ternacional volte à normalidade, explicou o chefe do Firce.

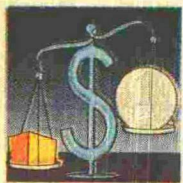
A redução do prazo mínimo dos empréstimos estrangeiros é uma tentativa do governo de estancar uma possível sangria nas reservas internacionais e evitar pressões sobre o câmbio. Na avaliação dos especialistas em mercados de capitais internacionais, a medida alivia, mas não resolve o problema. Mesmo com essa redução não haverá renovação de todos os vencimentos, afirma o diretor-executivo de Mercados de Capitais do Citibank, Alfred Dangour. Segundo ele, pode haver novas operações, mas não serão muitas.

A não renovação desses créditos — boa parte deles de instituições financeiras — poderia criar uma desconfiança no mercado internacional, o que seria muito ruim na conjuntura atual, diz o gerente de Mercado de Capitais Internacional do Banco Bozano, Simonsen, Paulo Henrique Rocha. Para ele, com essa decisão, o governo reconhece que o mercado hoje é de curto prazo.

Uma das dúvidas do mercado ontem era se o governo isentará as operações com prazo de um ano do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), de 2% sobre o volume captado. Se a cobrança do IOF continuar, o custo para o emissor será muito alto, de 4%, para operações de curto prazo, diz Rocha.

Antes da crise, empresas e instituições financeiras conseguiam captar recursos no exterior pagando 8% ao ano por prazos que variavam de 8 a 10 anos. Hoje, o custo dessa operação seria de 13% a 15% ao ano, calcula o gerente do Bozano, Simonsen.

■ Colaborou Sueli Campo



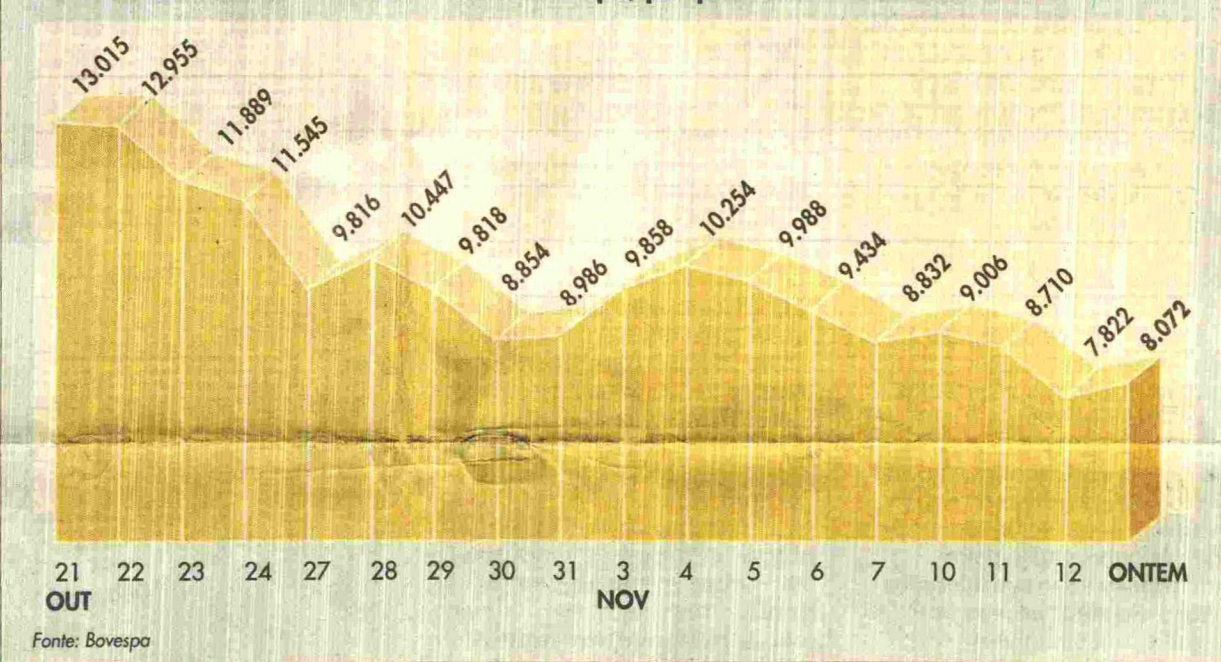
CUSTO DE
CAPTAÇÃO DE
RECURSOS
SUBIU MUITO



Gustavo Franco, presidente do BC: déficit em conta corrente em queda e economia sem recessão

LADEIRA ABAIXO

Índice Bovespa, por pontos



ArtEstado